

anexo, relativa ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico Superior para a área de Comunicação e Imagem, publicado através do Aviso 12782/2010 no *Diário da República*, n.º 122 de 25 de Junho de 2010:

N.º	Candidatos aprovados	Classificação final	Obs.
10	Clara Margarida Ferreira Viegas Lopes dos Santos Silva	17,80	(a)
15	Débora Lídia Santos Mendonça Pinto Salgueiro	13,70	-
37	Sofia Alexandra Ventura Mafaldo Belo	11,20	-

(a) Primeira preferência na negociação de acordo com o fixado no n.º 4 do artigo 6.º da LVCR.

N.º	Candidatos excluídos	Observações
2	Ana Isabel Guerreiro Marques	(c)
3	Ana Luísa Carreira Galinha Mendes Antão	(b)
4	Ana Mafalda de Almeida Cândido	(c)
5	Carla Alexandra de Oliveira Esteves	(b)
6	Carla Cristina Neto Mateus	(d)
7	Carlos Alberto Martins Afonso	(c)
8	Carolina Couto Fernandes de Carvalho Enes	(c)
11	Clara Michele dos Santos Bruheim	(b)
13	Cláudia Sofia Lourenço Serra	(c)
14	Daniela Azevedo e Abreu da Silva Ferreira	(b)
16	Eduardo Jorge Guimarães de Abreu Pereira	(c)
17	Elvira Maria Grego Esteves	(c)
18	Fernanda Maria da Silva Ribeiro	(b)
19	Luís Miguel Vicente Robalo	(c)
20	Márcia Isabel Rodrigues Augusto	(b)
21	Maria Clara Vasco Campanilho Barradas	(b)
22	Maria do Rosário Moreira de Sá Coutinho	(c)
24	Maria Gertrudes Brito da Lança Gomes Cano	(b)
25	Maria João Azevedo de Dornelas	(b)
26	Maria Luísa de Sampaio e Melo Galhardo Coelho	(b)
27	Maria Manuela Pereira Matias	(c)
29	Mariane Zanchetta Hoff	(c)
30	Nilza Maria Pimentel Tomás de Medeiros Gomes	(c)
32	Pedro Ricardo Duarte Moleiro	(c)
33	Rosa Isabel Lopes da Cruz Ferreira	(b)
35	Sandra Cristina Gomes Belchior	(b)
36	Sílvia Maria Martins Bernardo	(b)
38	Sónia Maria de Castro Martins	(c)
39	Sueli Apolinária Castelo David das Neves	(c)
40	Tânia Vanessa Pereira Caria	(c)
41	Tatiana Vanessa Joaquim Almeida	(b)

(b) Candidato excluído por ter classificação inferior a 9,5 valores na prova de conhecimentos.

(c) Candidato excluído por não ter comparecido para realizar a prova de conhecimentos.

(d) Candidato excluído por não ter comparecido para realizar a entrevista profissional.

Instituto Politécnico de Lisboa, 10.12.2010. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

204056386

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

### Aviso n.º 26497/2010

Por deliberação do Conselho Científico de 23 de Novembro de 2010, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPP, foi aprovado o fim do período experimental do Prof. Coordenador Joaquim António Belchior

Mourato, nos termos da lei e dos regulamentos, transitando assim o docente para o regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, com efeitos a partir de 31 de Julho de 2010.

09.12.2010. — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

204055868

## INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

### Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto

#### Aviso n.º 26498/2010

Nos termos do disposto no artigo 9.º/7 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que se encontra afixada nos locais de estilo da ESTSP e disponibilizada em [www.estsp.ipp.pt](http://www.estsp.ipp.pt) a legislação necessária à preparação dos temas indicados no aviso n.º 20984/2010, de 20 de Outubro, para as provas de conhecimentos, salientando que nos termos do n.º 11.4. do referido aviso, na realização das provas de conhecimentos apenas é permitida a consulta de legislação não anotada:

1 — 1.ª Fase das provas de conhecimentos, comum a todas as referências:

— Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976, com a redacção resultante da 7.ª revisão Constitucional, lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto;

— Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro;

— Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de Setembro e 49/2005, de 30 de Agosto;

— Lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

— Orgânica do XVIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro; e Orgânica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 214/2006, de 27 de Outubro;

— Estatutos do Instituto Politécnico do Porto, homologados pelo Despacho normativo n.º 5/2009, de 26 de Janeiro de 2009; e Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, homologados pelo Despacho n.º 15836/2009, de 10 de Julho;

— Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, rectificado pelas Declarações de Rectificação n.º 265/91, de 31 de Dezembro, e n.º 22-A/92, de 29 de Fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 31 de Março), e pela Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho.

2 — 2.ª fase das provas de conhecimentos, especifica a cada uma das referências:

2.1 — Referência A — Apoio aos estudantes:

— Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro — Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

— Despacho normativo n.º 5/2009, de 26 de Janeiro de 2009 — Estatutos do Instituto Politécnico do Porto;

— Despacho n.º 15836/2009, de 10 de Julho — Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto;

— Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto — Lei de Bases do Sistema Educativo;

— Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro — Estabelece as Bases do Financiamento do Ensino Superior;

— Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, este rectificado pela Declaração

de Rectificação n.º 81/2009, de 27 de Outubro — Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior;

— Decreto-Lei n.º 283/83, alterado pelo Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro — Estabelece os termos em que pode ser requerida a equivalência de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas;

— Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro — Regime Jurídico do Reconhecimento de Graus Académicos Superiores Estrangeiros;

— Portaria n.º 29/2008, de 10 de Janeiro — Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro;

— Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho — Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de Ensino Superior (ECTS);

— Portaria n.º 30/2008, de 10 de Janeiro — Regula o suplemento ao diploma a que se refere o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

— Despacho IPP/P-077/2008, de 2 de Junho — Suplemento ao Diploma, Informações Complementares e Actividades Elegíveis.

— Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de Maio, rectificado pela Declaração de rectificação n.º 32-C/2008, de 16 de Junho — Proceda à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, que fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior;

— Portaria n.º 478/2010, de 9 de Julho — Regulamento do concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano lectivo de 2010-2011;

— Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro — Regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior;

— Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro — Aprova o Regulamento dos regimes especiais de acesso ao ensino superior;

— Despacho IPP/P-088/2010, de 8 de Julho — Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior nos Cursos Ministrados no Instituto Politécnico do Porto;

— Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março — Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos;

— Despacho IPP/P-037/2010, de 12 de Março — Regulamento das Provas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência do Ensino Superior;

— Despacho IPP/P-038/2010, de 12 de Março — Classificação Final das Provas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência do Ensino Superior;

— Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril — Aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior;

— Despacho IPP/P-087/2010, de 8 de Julho — Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Instituto Politécnico do Porto;

— Despacho IPP/P-100/2009, de 31 de Julho — Regulamento Geral de Matrículas e Inscrições;

— Despacho IPP/P-106/2010, de 7 de Setembro — Regulamento de Pagamento de Propinas;

— Despacho IPP/P-068/2010, de 12 de Maio — Regulamento dos Estatutos Especiais dos Estudantes do IPP;

— Despacho IPP/P-064/2010, de 5 de Maio — Regulamento de Exames aplicável a todos os Cursos do Instituto Politécnico do Porto.

Para além da página electrónica do *Diário da República*, [www.dre.pt](http://www.dre.pt), são de interesse as que, a título exemplificativo, se passam a indicar: Instituto Politécnico do Porto, [www.ipp.pt](http://www.ipp.pt); Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, [www.estsp.ipp.pt](http://www.estsp.ipp.pt); Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, [www.mctes.pt](http://www.mctes.pt); Direcção-Geral do Ensino Superior, [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt); Programa Aprendizagem ao longo da Vida, <http://pt-europa.proalv.pt/>.

2.2 — Referência B — Apoio ao ensino, investigação e prestação de serviços:

— Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro — Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

— Despacho normativo n.º 5/2009, de 26 de Janeiro de 2009 — Estatutos do Instituto Politécnico do Porto;

— Despacho n.º 15836/2009, de 10 de Julho — Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto;

— Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto — Lei de Bases do Sistema Educativo;

— Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro — Estabelece as Bases do Financiamento do Ensino Superior;

— Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, este rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009, de 27 de Outubro — Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior;

— Decreto-Lei n.º 283/83, alterado pelo Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro — Estabelece os termos em que pode ser requerida a equivalência de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas;

— Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho — Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de Ensino Superior (ECTS);

— Despacho IPP/P-098/2007, de 7 de Agosto — Reconhecimento e creditação/certificação de competências;

— Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro — Regime Jurídico do Reconhecimento de Graus Académicos Superiores Estrangeiros;

— Portaria n.º 29/2008, de 10 de Janeiro — Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro;

— Portaria n.º 30/2008, de 10 de Janeiro — Regula o suplemento ao diploma a que se refere o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

— Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto — Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior;

— Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro — Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respectivos Estatutos;

— Regulamento n.º 504/2009, de 18 de Dezembro — Aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos ciclos de estudos;

— Despacho IPP/P-058/2010, de 21 de Abril — Programa de Formação Avançada de Docentes para atribuição de bolsas de doutoramento no Instituto Politécnico do Porto;

— Aviso n.º 17842/2010, de 9 de Setembro — Regulamento de acesso a financiamento de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico — 2010;

— Despacho IPP/P-068/2010, de 12 de Maio — Regulamento dos Estatutos Especiais dos Estudantes do IPP;

— Despacho IPP/P-064/2010, de 5 de Maio — Regulamento de Exames aplicável a todos os Cursos do Instituto Politécnico do Porto.

Para além da página electrónica do *Diário da República*, [www.dre.pt](http://www.dre.pt), são de interesse as que, a título exemplificativo, se passam a indicar: Instituto Politécnico do Porto, [www.ipp.pt](http://www.ipp.pt); Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, [www.estsp.ipp.pt](http://www.estsp.ipp.pt); Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, [www.mctes.pt](http://www.mctes.pt); Direcção-Geral do Ensino Superior, [www.dges.mctes.pt](http://www.dges.mctes.pt); Fundação para a Ciência e Tecnologia, [www.fct.mctes.pt](http://www.fct.mctes.pt); Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, [www.a3es.pt](http://www.a3es.pt); Associação Europeia das Universidades, [www.eua.be](http://www.eua.be).

2.3 — Referência C — Apoio à gestão de recursos humanos:

— Lei n.º 62/2007, de 11 de Setembro — Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

— Despacho normativo n.º 5/2009, de 26 de Janeiro de 2009 — Estatutos do Instituto Politécnico do Porto;

— Despacho n.º 15836/2009, de 10 de Julho — Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto;

— Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, rectificado pelas Declarações de Rectificação n.º 265/91, de 31 de Dezembro, e n.º 22-A/92, de 29 de Fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 31 de Março), e pela Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho — Código do Procedimento Administrativo;

— Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pela Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro — Estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

— Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro — Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e respectivo Regulamento;

— Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de Fevereiro — Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública;

— Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, este alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio — Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico;

— Regulamento n.º 73/2010, de 2 de Fevereiro, alterado pelo Despacho n.º 16088/2010, de 25 de Outubro — Regulamento de Contratação de Pessoal Docente, especialmente contratado, ao abrigo do artigo 8.º do ECPDESP/Normas de contratação de Monitores.

Para além da página electrónica do *Diário da República*, [www.dre.pt](http://www.dre.pt), são de interesse as que, a título exemplificativo, se passam a indicar: Instituto Politécnico do Porto, [www.ipp.pt](http://www.ipp.pt); Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, [www.estsp.ipp.pt](http://www.estsp.ipp.pt); Direcção-Geral da Administração e Emprego Público, [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt).

#### 2.4 — Referência D — Apoio à gestão económico-financeira:

— Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro — Cria o inventário geral do património do Estado;

— Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro — Bases da Contabilidade Pública;

— Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio, Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março e Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro — Estabelece o regime da administração financeira do Estado (RAFE);

— Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de Junho — Aprova o novo esquema da classificação funcional das despesas públicas;

— Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril — Estabelece as regras gerais a que devem obedecer as alterações orçamentais da competência do Governo;

— Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2000 de 4 de Abril e Lei n.º 107-B/2003 de 31 de Dezembro — Regime da tesouraria do Estado;

— Portaria n.º 617/2000, de 17 de Abril — Aprova as instruções regulamentadoras do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respectivo classificador geral;

— Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2000, de 2 de Junho — Estabelece regras e procedimentos que regularão o gradual ajustamento da gestão da tesouraria dos serviços e fundos autónomos do modelo de centralização da tesouraria da administração central preconizado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho;

— Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro de 2000 — Aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação;

— Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto, pela Lei n.º 23/2003, de 2 de Julho, pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, e pela Lei n.º 48/2010, de 19 de Outubro — Lei de Enquadramento Orçamental;

— Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 8-F/2002, de 28 de Fevereiro — Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central;

— Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2002, de 25 de Setembro — Clarificação e revisão das regras e procedimentos referentes ao ajustamento da gestão da tesouraria dos serviços e fundos autónomos ao modelo de centralização da tesouraria da administração central preconizado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho;

— Decreto-Lei n.º 131/2003, de 28 de Junho — Regras relativas à definição dos programas e medidas a inscrever no Orçamento do Estado e das respectivas estruturas, assim como à sua especificação nos mapas orçamentais e ao acompanhamento da sua execução, no desenvolvimento do artigo 18.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;

— Instrução n.º 1/2004, 2.ª Secção do Tribunal de Contas — Instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública e planos sectoriais;

— Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril — Institui a faculdade de dispensa, no relacionamento com os serviços públicos, de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária ou contributiva regularizada;

— Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril — Código dos Contratos Públicos (na parte que respeita aos seguintes artigos: do artigo 1.º ao artigo 33.º e do artigo 112.º ao artigo 129.º);

— Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro — Aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas;

— Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril — Orçamento do Estado para 2010;

— Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho — Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010;

— Circular n.º 1359, série A, de 23 de Junho de 2010, da Direcção-Geral do Orçamento — Instruções complementares ao decreto-lei de Execução Orçamental para 2010;

— Circular n.º 1360, série A, de 9 de Agosto de 2010, da Direcção-Geral do Orçamento — Instruções para a elaboração da proposta de Orçamento do Estado para 2011;

— Proposta de Lei n.º 42/XI, de 15 de Outubro de 2010 — Orçamento do Estado para 2011;

— Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, com as correcções introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 3/2008, de 30 de Janeiro e pela Declaração de Rectificação n.º 5-A/2008, de 08 de Fevereiro e com as alterações instituídas pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2008, de 18 de Junho — Regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu (FSE);

— Portaria n.º 1462/2007 de 15 de Novembro, republicada pela Portaria n.º 711/2008, de 31 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 353-B/2009, de 3 de Abril, e pela Portaria n.º 1102/2010, de 25 de Outubro — Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT);

— Despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, alterado pelo Despacho normativo n.º 12/2009, de 17 de Março — Fixa a natureza e os limites máximos de custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE).

Para além da página electrónica do *Diário da República*, [www.dre.pt](http://www.dre.pt) e do *Diário da Assembleia da República*, [www.parlamento.pt/DAR](http://www.parlamento.pt/DAR), são de interesse as que se passam a indicar: Direcção-Geral do Orçamento, [www.dgo.pt](http://www.dgo.pt); Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., [www.igcp.pt](http://www.igcp.pt); Ministério das Finanças e da Administração Pública [www.min-financas.pt](http://www.min-financas.pt); Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, [www.min-financas.pt/cncap](http://www.min-financas.pt/cncap); Tribunal de Contas, [www.tcontas.pt](http://www.tcontas.pt); Quadro de Referência Estratégico Nacional, [www.qren.pt](http://www.qren.pt) (designadamente quanto aos Incentivos às Empresas, <http://incentivos.qren.pt>, e quanto ao Programa Operacional Factores de Competitividade [www.pofc.qren.pt](http://www.pofc.qren.pt)).

10.12.2010. — O Presidente, *Agostinho Cruz*.